

EM DEFESA PROPOSTAS UTÓPICAS

o ensino crítico e a produção do espaço contemporâneo

Andréia Moassab (UNILA)

RESUMO GERAL

Esta proposta de Sessão Livre tem por objetivo destacar projetos críticos na formação profissional e de futuros/as pesquisadores/as no país, como um dos mais importantes caminhos para a renovação de práticas, métodos e, principalmente, realizar, a médio e longo prazo um giro epistêmico apto aos desafios contemporâneos, em especial, do Brasil e da América Latina. Trata-se de uma Sessão Livre de resistência e registro das memórias de cursos de arquitetura e urbanismo inovadores, os quais não sabemos se resistirão aos tempos ultraliberais que se anunciam.

Nosso objetivo é colocar em debate propostas inovadoras que colaborem para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa em ensino, em planejamento urbano e regional. Mais ainda, busca relativizar e verificar a possibilidade de traduzir teorias e práticas projetivas, cuja formulação escape da perspectiva eurocentrada e apoiada direta ou indireta na colonialidade do poder/saber, cotejando-o com o contexto latino-americano. Referente ao método, buscamos reunir práticas em diálogo com o pensamento decolonial, por julgá-las adequadas ao contexto latino-americano, voltado para a consolidação de uma perspectiva epistemológica própria e com vistas à autonomia e à emancipação dos povos subalternos. É a partir dos anos 1970 que são lançadas as bases do pensamento decolonial - designação forjada décadas mais tarde - buscando colocar em evidência a colonização epistêmica do sul pelo norte global, isto é, a subalternização do conhecimento, colocando em xeque o projeto europeu de modernidade. O reconhecimento das diferenças étnicas e de gênero tem forte presença nestes debates, assim como o desenvolvimento de uma episteme do sul, distanciada dos referenciais daquele projeto de modernidade. Merece ressaltar que ao contrário da abordagem multiculturalista própria da pós-modernidade europeia e eurocentrada, para as teorias críticas do sul a questão da igualdade e da diferença é necessariamente política. Por este motivo, a genealogia da ocupação do território na América Latina não pode ignorar, entre outras, as clivagens raciais que submeteram os povos originários e os/as escravizados/as a lugares específicos no território e na produção de sentidos.

Em adição, o modelo civilizatório da modernidade ocidental super valoriza a vida urbana industrial em detrimento de outras formas de organização sociais e territoriais. O eurocentrismo persiste, ainda hoje, inferiorizando tanto em discursos científicos quanto

leigos, espaços, povos, culturas e cidades. Diz respeito a projetos das potências no Norte, alinhando-se a estratégias discursivas com diferentes lócus de enunciação, que mantêm em comum a perspectiva de manutenção do projeto da Modernidade Ocidental, corroborando para que se tornem dogmáticos os ideais de salvação, civilização, progresso e desenvolvimento do Outro, cenário que tende a se agudizar no futuro próximo.

A reversão deste quadro necessariamente exige: o questionamento da história europeia como História Universal, relendo-a a partir de um protagonismo do continente americano na conformação da Modernidade e do sistema-mundo moderno-colonial. Autores e autoras latino-americanas, majoritariamente hispanohablantes e declaradamente decoloniais, como Walter Mignolo, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Arturo Escobar e Aníbal Quijano, têm especial destaque nesta discussão. Em outras palavras, é preciso “abrir e impensar as ciências sociais” (WALLERSTEIN, 2002 e 2006), que foram constituídas com base em cinco países liberais industriais – Inglaterra, França, Alemanha, Itália e os Estados Unidos – na segunda metade do século passado (GROSFUGUEL, 2016), descartando outras formas de saberes (de racionalidade não moderna) – por exemplo, as cosmologias dos povos africanos e dos indígenas, sua arquitetura e seus modos de habitar e ocupar o território. Forjado neste específico contexto geo-histórico, as noções de progresso científico se confundiram com as de progresso material dos países hegemônicos; e com a inferiorização ou aniquilação de lugares, povos e culturas. Esta “monocultura do saber” (SOUSA SANTOS, 2006) é uma das formas mais poderosas de produção da não-existência: tudo aquilo que está fora dos critérios de verdade da ciência moderna, é desqualificado, desprezado e invisibilizado de modo irreversível.

Sob este aspecto, esta Sessão Livre se propõe a pensar caminhos para o planejamento urbano e regional e seu ensino e fazer científico a partir de uma significativa virada epistêmica que reintroduza práticas espaciais e territoriais comumente alijadas da produção de conhecimento. Qual o impacto para os estudos do território de inserir com centralidade tais práticas e concepções no ensino e na pesquisa na área? Como os novos cursos de graduação no interior do país estão produzindo conhecimento? Há que se destacar que no Brasil, 75% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes (PNUD, 2003), isto é, configuram-se como cidades rurais. Em adição, há cerca de 250 municípios (IBGE, 2011) de porte médio no país (de 100 a 500 mil habitantes). Verifica-se, outrossim, uma urbanidade com forte presença do mundo rural, merecedoras da inclusão de suas especificidades no repertório do ensino e da pesquisa na área. Na América Latina, a metade da população vive em cidades com menos de 100 mil habitantes (CARPENTIERI, 2012). Estes dados demonstram a necessidade de incluir no debate as cidades contemporâneas, as complexidades das pequenas e médias cidades e os espaços rurais/ruralizados, muitas vezes obliterados da literatura especializada, sobretudo quando a produção científica dedicou-se, em grande parte, para o debate das megacidades.

Pretendemos mostrar, portanto, como a descentralização do ensino superior da última década pode arejar as reflexões e os rumos para o planejamento urbano e regional contemporâneos, a partir de cursos instalados em cidades pequenas e médias no interior de Goiás, Minas Gerais e Paraná, na fronteira trinacional: Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás, Universidade Estadual de Goiás, Universidade Federal de São João del Rei e Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Em linhas gerais, o ensino

superior tem colaborado para formar um perfil de profissional e de pesquisador/a voltado/a para o mercado, respondendo sobretudo a demandas do capital. Por sua vez, dados recentes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (2013) demonstram que faltam profissionais aptos/as a responder a uma parcela significativa do mercado de trabalho, em particular, o setor público e comunitário. Ademais, há uma excessiva concentração de profissionais e cursos nas zonas mais urbanizadas do país, em especial na região sudeste. Este cenário tem colaborado para a excessiva colonização da literatura e da prática em planejamento urbano por questões mais afeitas às grandes aglomerações urbanas. É no sentido de apontar outras possibilidades, igualmente relevantes e interessantes de produção de conhecimento e, especialmente, de registrar a memória do que tem sido produzido nos últimos anos por projetos utópicos de ensino, que propomos esta Sessão Livre.

POR UMA DECOLONIZAÇÃO DO ENSINO E DA PESQUISA SOBRE O TERRITÓRIO E AS CIDADES

Andréia Moassab (UNILA)

A modernidade ocidental consolidou um ethos para o ensino em arquitetura e urbanismo que é essencialmente branco, masculino, urbano, heteronormativo e nortecentrado. O sistema de valoração na produção científica responde esse modelo civilizatório, excluindo, ocultando e subalternizando outras espacialidades, modos de ocupar o território e práticas construtivas. Neste cenário, entendemos que urge a proposição de um ensino crítico nas áreas de conhecimento pertinentes ao espaço construído e habitado, como é o caso da proposta do curso de arquitetura e urbanismo da UNILA. O ensino deve necessariamente responder a um projeto para a área de conhecimento, de onde emerge uma questão central: Qual o projeto para a arquitetura e urbanismo deste século, sobretudo, na América Latina? Como reverter a instrumentalização da área pelo projeto neoliberal? Neste sentido, propomos uma reflexão sobre como contexto histórico-político contemporâneo, a partir da América Latina, pode colaborar para uma gama diversa de desafios e, portanto, capaz de arejar o campo disciplinar e seu ensino. Todavia, as racionalidades dominantes impõem enormes resistências, acirradas em tempos de golpes nacionais e internacionais, as quais favorecem a hegemonia instituída e põem em risco a sobrevivência de projetos de ensino voltados para a emancipação e autonomia dos povos.

NOVAS FRONTEIRAS NO CENTRO DO PAÍS: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO EM CIDADES DO INTERIOR

João Huguenin e Edinardo Rodrigues Lucas (UFG)

Esta apresentação trata das possibilidades e dificuldades de implantação de um curso de Arquitetura e Urbanismo no interior do país através da experiência da Regional Goiás da Universidade Federal de Goiás. A criação de um curso de Arquitetura e Urbanismo na região

Centro-Oeste, em uma cidade pequena e em um contexto não metropolitano traz novos desafios, visto que a produção técnico científica sobre as questões urbanas hegemonicamente se pauta na problemática das grandes cidades e das metrópoles. Historicamente, o campo da Arquitetura e Urbanismo não tem dado devida atenção a emergência do urbano para além da metrópole. Pensando na centralidade do município na definição e execução da política urbana e na realidade goiana que apresenta 78% de seus municípios com população inferior a 20 mil habitantes, o curso tem como um de seus objetivos formar arquitetos/as e urbanistas capazes de atuar no contexto das cidades pequenas e médias. Para alcançar esse objetivo, o curso se estruturou buscando a interdisciplinaridade dentro de uma unidade acadêmica de ciências sociais aplicadas, onde inseriu a disciplina de Urbanização de Cidades Pequenas e Médias, além de promover o debate em toda a matriz curricular e desenvolver projetos de pesquisa e extensão que abordem a questão.

FRAGMENTAÇÃO URBANA NA FRONTEIRA TRINACIONAL – BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

André Luis André (UNILA)

A análise do espaço urbano da fronteira trinacional de Brasil, Argentina e Paraguai, respectivamente Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, suscitam duas reflexões: primeiro, que as cidades na América Latina experimentaram sucessivos processos de fragmentação, compartimentação, segregação e gentrificação, uma vez que seus espaços urbanos, desde a colonização ibérica até os dias de mundialização neoliberal. Segundo, considerando o contexto fronteiriço, há no limite dois tipos de planejamento para estas cidades: um voltado para o lobby do turismo, para o mercado imobiliário e para o agronegócio, e, por outro lado, um planejamento voltado para blindar o espaço urbano daí resultante do conjunto de contradições. Nesta perspectiva, as cidades em questão experimentam imensas vulnerabilidades, possibilitando uma fragmentação vertical, decorrente da incapacidade da maior parte da população local de influenciar os Estados Nacionais envolvidos nas suas diferentes escalas em definir os rumos destas cidades fronteiriças, e uma fragmentação horizontal decorrente da convivência entre os grupos estabelecidos e aqueles grupos em processo de marginalização nas três cidades, quase sempre corporificado nos corpos de mulheres, negros/as e nativos/as guaranis que historicamente habitam a região. Assim, nos resta debater quais os desafios do ensino e atuação profissional nesse contexto de fragmentação?

INVENTÁRIO DAS INVENÇÕES EM PRÁTICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Laila Beatriz da Rocha Loddi (UEG)

Apesar das forças hegemônicas de produção, baseadas na lógica da indústria e com foco no mercado, existem e resistem potentes invenções nas cidades, relacionadas ao nível

da microescala e do cotidiano, elaboradas taticamente pela própria população para resolver questões pertinentes à produção do espaço, seja na escala do corpo, da moradia ou da cidade. Neste trabalho nos aproximamos de inventos encontrados na autoconstrução e na ocupação do território, buscando conhecer os modos de habitar das populações que constroem suas próprias casas. O termo invenção aponta para a direção das operações do fraco: aquele que nas redes dos dispositivos de vigilância é tido como consumidor, dominado, indisciplinado, mas que criativamente se apropria e dá sentido ao espaço através de práticas materiais desviantes. O conceito de fraco também sugere o excedente que não pode ser expropriado pelo capital, e que se manifesta por meio de ações, linguagens, representações, hábitos e desejos. Inventariar estas artesanias e suas implicações no território, valorizando suas motivações e pressupostos, tem como horizonte o compartilhamento de saberes atravessados por questões e decisões políticas, poéticas e estéticas, em uma transposição das fronteiras disciplinares rumo a utopia de decolonizar o ensino de arquitetura e urbanismo e a produção do espaço.

OUTRAS ESCALAS E REFERENCIAIS, OUTROS MAPAS

Adriana Nascimento (UFSJ/PIPAUS)

O ensino de planejamento urbano e regional tem sido tema de debates sobre práticas profissionais e espaciais nos diversos âmbitos da produção científica. A implantação de novos cursos de arquitetura e urbanismo das Universidades Federais nos processos de REUNI agregou outros desafios, para além dos problemas existentes e locais. A experiência de São João del Rei vem contribuindo para a compreensão das questões urbanas e rurais que se distinguem das problemáticas metropolitanas, não apenas em termos escalares. Também temporalidades e práticas espaciais agregam outras dimensões aos estudos urbanos, rurais e regionais. Leituras e análises espaço-sociais têm oferecido outras visões e produções de mapas que auxiliam a proposição crítico-reflexiva das realidades em estudo, sobretudo pelo aspecto colonial e colonialista ainda presente em corpos, espaços e tempos. A complexidade das cidades de pequeno e médio portes contribuem, ainda, para se repensar as práticas profissionais e espaciais sob diversos ângulos, em ensino-pesquisa-extensão, seja através de programas de fomento às políticas públicas, como em articulações com a educação e o ensino fundamental ou com as culturas locais, através das artes, como nos casos de nossa colaboração com o Observatório da Educação e com o Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade.